

A variação no sistema preposicional do Português do Brasil

Virginia A. Garrido Meirelles*
Universidade Católica de Brasília

Resumo:

A língua falada no Brasil é notoriamente diferente daquela descrita pela gramática tradicional (GT). Assim, a gramática prescritiva não prevê a variação do sistema preposicional, mesmo quando os falantes do Português do Brasil (PB) omitem a preposição em diferentes contextos sintáticos. No caso específico das orações relativas, a GT admite apenas uma forma de relativização, porém, na realidade, três estratégias são utilizadas. Apenas duas destas estratégias são preposicionadas, sendo a relativa que não usa preposição a mais freqüente. Na nossa pesquisa buscamos estabelecer as regras que motivam a omissão da preposição no PB, e assim apresentar uma alternativa à análise da GT.

A lingüística tem como objeto de estudo a língua real, e não unicamente as variedades consideradas padrão. Essas pesquisas podem ser realizadas na área da Fonética, Semântica ou Sintaxe, sendo que é a Lingüística Gerativa uma das teorias que se encarrega de analisar e explicar as variações não-padrão da língua. É, pois, nesse espaço que se insere este trabalho sobre a variação do uso das preposições no Português do Brasil. Este estudo é especialmente importante no Brasil, onde, por diversos motivos, há uma grande diversidade dialetal.

Este artigo é resultado do trabalho de pesquisa cujo objetivo inicial era estabelecer as regras para a variação entre o uso e a omissão das preposições em orações relativas, completivas nominais, objetivas indiretas, adverbiais, e em adjuntos adverbiais. Assim como compreender as razões pelas quais o sistema preposicional seria variável no PB.

Esta pesquisa pretendia se iniciar com uma coleta de dados, os quais serviriam de subsídio, após interpretação estatística, para a análise lingüística gerativa. Entretanto, após a leitura da bibliografia existente na área da Sociolingüística com relação à variação no uso da preposição nas orações relativas, foi decidido substituir a coleta de dados por uma análise dos resultados desses trabalhos. Estes estudos foram considerados abrangentes e consistentes o suficiente para servirem de base à análise gerativista.

A decisão de adotar os resultados de trabalhos já desenvolvidos na área, acarretou na mudança do nosso objeto de estudo, que passou a se centrar apenas nas orações relativas. Esta decisão foi tomada considerando que as relativas, ao menos à primeira vista, têm um comportamento muito mais sistemático do que os demais tipos de oração, no que se refere à falta da preposição. Em outras palavras, não se poderia

* Aluna do sétimo semestre do Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília. Este texto apresenta os resultados parciais da pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto de Pesquisa O Português do Brasil no Curso de Letras da UCB, sob orientação das Profas. Rozana Reigota Naves e Adriana Ma S. Viana.

fazer uma generalização a respeito do comportamento da preposição em orações relativas, de um lado, e em outros tipos de estrutura, de outro lado.

A partir desse momento a pesquisa tomou um novo rumo e começamos a trabalhar com a possibilidade da existência de mais de uma gramática para o português. Assim, a nova hipótese é de que a estrutura padrão das orações relativas não faz mais parte da gramática do PB, que já consolidou a mudança lingüística para as orações relativas. Em consequência a variedade padrão seria aprendida na escola como uma nova gramática, equivalente a uma segunda língua.

1.A VARIAÇÃO NO SISTEMA PREPOSICIONAL DO PONTO DE VISTA SOCIOLINGÜÍSTICO

A Sociolingüística trabalha com a língua falada e reconhece que esta é heterogênea e diversificada. Não obstante, dita homogeneidade pode ser sistematizada e, sendo assim, a Sociolingüística tem como objeto de estudo as diferentes variantes lingüísticas usadas por uma mesma comunidade de fala (Tarallo, 2000).

Com relação à variação do sistema preposicional em PB, observa-se que, em orações relativas, completivas nominais e objetivas indiretas, há uma tendência dos falantes em geral a não empregarem, pelo menos explicitamente, as preposições que deveriam introduzir esses tipos de oração, como mostram os exemplos a seguir:

(I) Orações Relativas

- a. Ele se esvai no momento *em que* nós tivemos todas as empresas.
- b. Eu posso sair, ler um livro () que eu gosto.

(II) Orações Completivas Nominais

- a. Ele é defensor *de que* o país tenha uma política industrial.
- b. Eu sou testemunha () que há muita deturpação do que o presidente fala.

(III) Orações Objetivas Indiretas

- a. Você sabe *a quem* está dirigindo a coisa.
- b. O que eu me lembro é () que havia umas rodinhas de madeira.

(IV) Adjuntos Adverbiais

- a. *Em que* circunstancias isso aconteceu?
- b. () que bairro você mora?

Embora se trate de um fenômeno aparentemente abrangente, os estudos mais conhecidos sobre este tema versam primordialmente sobre a variação no uso das preposições nas orações relativas no PB. Esse fato nos levou a delimitar a etapa sociolingüística deste trabalho, visto que pudemos observar que o comportamento das relativas, por um lado, e o das orações completivas e objetivas, por outro lado, parece diferenciar-se no sentido de que os falantes tendem a produzir sistematicamente as relativas sem preposição, mas não se verifica uma sistematicidade tão forte com os demais tipos de oração.

Um dos primeiros estudos sobre a variação nas relativas, foi a pesquisa reali-

zada por Fernando Tarallo (1983). Este trabalho foi realizado considerando quatro períodos de tempo, assim, o material analisado compreende os séculos XVIII e XIX. Como era objeto do pesquisador estudar a língua falada e isto era quase impossível dada a distância temporal que lhe separava do objeto de estudo, ele decidiu se concentrar em cartas e textos escritos de caráter informal. Neste estudo diacrônico sobre as estratégias de relativização do PB, Tarallo (1983) observou que até fins do século XIX eram duas as relativas que apareciam: a de pronome relativo (1a), considerada até hoje padrão, e a do pronome resumptivo (1b).

- (1) a. Este é o homem *com quem* eu falei ontem.
- b. Este é o homem *que* eu falei *com ele* ontem.

Há, porém, uma outra estratégia, considerada inovadora pelo autor, que só começa a surgir a partir de fins do século XIX. Esta nova estratégia ficou conhecida como relativa cortadora (1c).

- (1) c. Este é o homem *que* eu falei ontem.

(Tarallo, 1983, apud Tarallo, 2000: 74)

Em seu trabalho, Tarallo mostra que o uso da variante resumptiva se mantém reduzido ao longo do tempo, fator que, segundo o autor, lhe atribui o valor estigmatizado do presente. Por outro lado, o autor observa que a variante considerada padrão começa a perder sua força a partir de fins do século XIX, de 89.2% em 1725 para 35.4% em 1880. Tarallo aponta, ainda, para o fato de o uso de estratégia cortadora estar aumentando consideravelmente nesse período: de 0.9 % em 1725 para 59.5% em 1880. Desta maneira, a relativa cortadora tornou-se a forma de relativização preferida pelos falantes do PB, mesmo sendo *até hoje* a estratégia (1a) a única prevista e aceita pela Gramática Tradicional (GT). Não obstante, o autor acrescenta que, mesmo a classe mais escolarizada dos falantes prefere a relativa cortadora, a fim de evitar a forma pronominal redundante (estratégia resumptiva).

Para Tarallo, (1c) é resultado de elipse aplicada no nível da sintaxe. A elipse do pronome resultaria, também, na elipse da preposição, que é considerada fraca em português. Já do ponto de vista estrutural, ele não atribui o mesmo estatuto ao *que* nas três orações. Segundo ele, na estratégia de pronome relativo (1a), o *que* seria um pronome relativo *quem*, ligado a uma variável. Por outro lado, nas estratégias resumptiva (1b) e cortadora (1c), o *que* seria um complementizador igual ao das orações subordinadas integrantes.

Mais tarde, Kato (1993) retoma o estudo realizado por Tarallo e faz uma nova proposta a respeito das relativas no PB. Em primeiro lugar, Kato defende a hipótese de o *que* ser um pronome relativo nas três estratégias, de forma que o processo de relativização seria o mesmo para os três tipos de relativas. Segundo Kato, a diferença entre as estratégias padrão e não-padrão estaria relacionada com o lugar de extração do termo relativizado: o vernáculo extrairia da posição de Top (tópico) (2a) e a língua padrão extrairia de dentro da oração (2b).

(2) a. não-padrão:

...pessoasi (CP que (Top (t)_i (IP a gente tem mais intimidade () / com elas i))
(vestígio) (pr. lembrete)

b. padrão:

...pessoasi (CP *com quem*_i (IP a gente tem mais intimidade (t)_i))
(vestígio)

(Corrêa, 1998: 154)

Em vários outros estudos variacionistas sobre as estratégias de relativização (Mollica, 1977; Corrêa, 1998), foi constatado que as estratégias não-padrão são as únicas utilizadas pelas camadas populares e que as outras camadas sociais, embora produzam a relativa padrão, também utilizam as outras relativas, o que confere com os resultados apontados por Tarallo. Segundo Corrêa (1998), os falantes do PB não usam a relativa padrão até o final do 2º grau escolar. Esta constatação a leva a concluir que a relativa padrão é adquirida por meio da escolarização.

De fato, as relativas de sujeito e objeto direto aparecem por volta dos três anos de idade (Perroni, 1997 apud Corrêa, 1998), e há uma baixa ocorrência dessa estrutura preposicionada. Além disso, as poucas orações relativas de sujeito e objeto preposicionadas produzidas pelas crianças, ou não apresentavam preposição ou vinham com o pronome lembrete. Na pesquisa de Perroni não há menção do uso da preposição com pronome relativo.

Corrêa (1998) analisou 45 redações (5 de cada série do 1º grau e 5 de adultos universitários) e constatou que apareceram 147 orações relativas, mas nenhuma de pronome resumptivo (o que também confere com as conclusões de Tarallo). A tabela 1, abaixo, apresenta a distribuição das relativas cortadoras, padrão e de sujeito e objeto direto.

Tabela 1: Tipos de relativa por nível de escolaridade em narrativas escritas

	Cortadora		de suj./OD		padrão		Total
	N	%	N	%	N	%	
1ª série	-	-	-	-	-	-	-
2ª série	-	-	13	100	-	-	13
3ª série	1	17	5	83	-	-	6
4ª série	7	30	16	70	-	-	23
5ª série	1	14	6	86	-	-	7
6ª série	1	6	13	81	2	13	16
7ª série	3	23	10	77	-	-	13
8ª série	2	5	37	95	-	-	39
Universitários	-	-	25	83	5	17	30
Total geral	15	10	125	85	7	5	147
Total de PPs	15	68			7	32	

(Corrêa, 1998: 79)

A tabela mostra que, das 147 orações relativas, apenas 7 são relativas padrão, sendo que 5 delas foram escritas por universitários. Não há relativas na 1ª série e as orações relativas de sujeito e objeto direto começam a aparecer a partir da 2ª série, e são estas que aparecem em maior número em todas as séries. Por outro lado, temos 15 relativas cortadoras nas redações de 1º grau e nenhuma nas dos universitários. É interessante notar que há 2 ocorrências de relativas padrão no 1º grau, e que estas aparecem somente na 6ª série. Em contrapartida, há 5 relativas padrão nas redações dos universitários. Corrêa acrescenta, ainda, que nos dados dos não-escolarizados e dos alunos de 1º grau não houve autocorreção. A relativa utilizada foi sempre a relativa vernacular e não houve hesitação por parte dos falantes, fato que evidencia que, após 8 anos de estudo, a relativa padrão não existe ainda para estes falantes. Tendo em consideração estes resultados, a autora conclui que a relativa padrão é *aprendida* após a conclusão do 1º grau.

Corrêa (1998) complementa essa primeira análise com outra realizada especificamente no Ensino Médio. Desta vez, os alunos deveriam preencher lacunas num texto, usando 4 relativos preposicionados e 1 relativo sem preposição, e depois parafraseá-lo, reescrevendo o texto que tinham completado. Nesse caso, nos interessam os dados do texto parafraseado, visto que é nesse exercício que os alunos produziram as orações relativas. A tabela 2, a seguir, apresenta os resultados obtidos por Corrêa por série do 2º grau.

Tabela 2: Emprego de relativa de PP por série de 2º Grau

Série	padrão		vernacular		Total
	N	%	N	%	
Inicial	4	7	50	93	54
Final	4	44	5	56	9
Total	8		55		63

(Corrêa, 1998: 92)

Por esta tabela, nota-se que a relativa padrão tem uma frequência de apenas 7% no 1º ano do 2º grau. Esta frequência aumenta, porém, no último ano até atingir 44% do total de relativas. Assim, a diferença na produção de relativas preposicionadas é significativa da série inicial para a série final do 2º grau (50 na série inicial, apenas 5 na série final). A autora verifica também que os alunos do 1º ano mostraram muita reflexão, que se evidencia nas autocorreções, principalmente para acrescentar preposições. Por outro lado, nos textos dos alunos do 3º ano também há autocorreção, mas o que mais chamou a atenção da pesquisadora foi que os alunos evitaram ao máximo usar a relativa preposicionada. Quando possível, os alunos mudavam a oração para evitar o uso da relativa, (3) é um exemplo da frase que o aluno deveria produzir, porém, ele foge ao uso da relativa preposicionada e escreve (4).

(3) O amigo *com quem* conversava era alegre.

(4) ...enquanto conversava com um amigo que era alegre,...

(Corrêa, 1998: 101)

Desta forma, após analisar os resultados das duas tabelas, a autora afirma que só os alunos da série final do 2º grau escreveram as redações de acordo com o prescrito pela GT, no que se refere ao uso das relativas. Isto quer dizer que a estratégia padrão só ocorre após a escolarização, e ainda muito tardiamente neste processo. Por este motivo, Corrêa considera que se os alunos produziram a estratégia padrão no final do 2º grau isto significa que houve um *tempo* consumido para que o *aprendizado* ocorresse.

Em resumo, pela análise dos dados dos alunos de 1º grau, foi constatado que os alunos não produzem a relativa padrão, todas as orações relativas são iniciadas por *que* sem a preposição. Por outro lado, os alunos de 2º grau mostram estar familiarizados com a relativa padrão, apesar de evitar usá-la ou hesitar na hora de relativizar. Conseqüentemente, Corrêa passa a pesquisar a fala espontânea de falantes cultos (universitários), adotando como base depoimentos do Projeto de Norma Urbana Culta (NURC), para ter uma visão geral do que acontece nas diferentes regiões do Brasil. Após estudar a tabela 3, pode-se constatar que mesmo falantes universitários raramente utilizam a estratégia padrão.

Tabela 3: Distribuição por tipo de estratégia e por função do relativo em cinco cidades brasileiras-NURC.

Local	Padrão		Vernacular		Total	
	N	%	N	%	N	%
Porto Alegre	5	28	13	72	18	15
Recife	9	69	4	31	13	11
Rio de Janeiro	1	6	16	94	17	14
Salvador	10	36	18	64	28	23
São Paulo	18	38	29	62	47	38
Total	43	35%	80	65%	123	65%

(Corrêa, 1998: 111)

Os falantes que mais utilizaram a forma padrão foram os de Recife (69%) e os que menos a usam são os do Rio de Janeiro (6%). Por outro lado, os falantes que mais utilizaram as relativas vernaculares foram os de Porto Alegre (72%) e Rio de Janeiro (94%). O uso das relativas vernaculares foi notoriamente maior se comparado ao uso da relativa padrão em todas as cidades menos Recife. Para esta cidade houve 31% de relativas vernaculares e 69% de relativas padrão. No total geral, 65% dos falantes preferiram as estratégias vernaculares e 35% escolheram a estratégia padrão.

Com base em todos os dados obtidos, Corrêa conclui que “com o aprendizado da estratégia padrão, o falante amplia suas possibilidades lingüísticas, passando a ter um leque maior de opções. Quando isso acontece, passa a haver uma variação entre as estruturas” (Corrêa, 1998: 155). A autora afirma que há duas estratégias de relativização para aqueles que não freqüentam ou freqüentaram a escola e que aqueles que receberam educação formal aprenderam a relativa padrão. Segundo a autora, o que acontece é uma variação inerente à língua, que permite o uso das variantes padrão ou não-padrão de acordo com as possibilidades e necessidades de cada falante. Segundo ela, o PB apresenta uma resistência ao uso da preposição não só nas relativas, mas também nas orações completivas, por exemplo, sendo que esta tendência não é exclusiva do vernáculo.

Quanto ao estatuto do *que*, Corrêa adota a proposta de Kato (1993), considerando-o, em todas as construções, um pronome relativo.

Corrêa conclui que a dificuldade em produzir a relativa padrão está nas diferenças de extração do termo relativizado. Nas variantes vernaculares a extração se dá a partir da posição de tópico, já a língua padrão extrairia o termo relativizado de dentro da oração. Desta maneira, haveria uma diferença de estratégias, mas não de gramáticas. A variação entre estruturas aconteceria unicamente *após* a escolarização.

Em um estudo mais recente, Bagno (2001) apresenta resultados que reforçam as conclusões de Corrêa e aponta para o desaparecimento quase total de “cujo” na língua falada. O autor trabalha com dados de língua falada e quantifica as relativas padrão e não padrão produzidas por falantes escolarizados (tabela 4).

Tabela 4: Estratégias de relativização do Corpus de Língua Falada (CLF)

Tipo	N	%
+ padrão	26	20,5
- Padrão	101	79,5
	127	100

(Bagno, 2001: 95)

Os resultados do estudo de Bagno confirmam o que Corrêa também demonstrou, isto é, que as relativas não-padrão são as preferidas mesmo por falantes escolarizados. Em seu estudo, Bagno analisou 127 orações relativas, das quais somente 26 relativas eram do tipo padrão (20,5%), tendo a maioria dos falantes empregado as estratégias vernaculares –101 relativas (79,5%).

Tendo em vista os estudos apresentados nesta seção, podemos comprovar, por um lado, que a relativa padrão só é adquirida no final do 2º grau e, por outro, que mesmo após a escolarização esta estratégia não é a mais utilizada. Todo o exposto nos leva a formular a hipótese deste trabalho: se a relativa padrão é aprendida tardiamente,

te, ela não faz mais parte da gramática do PB e que deve ser aprendida como se fosse uma estrutura de uma segunda língua. Por outro lado, se a relativa padrão não faz mais parte da gramática do PB, não podemos falar, pelo menos no que tange às orações relativas, em uma variação no sistema preposicional no PB.

2. ANÁLISE GERATIVISTA DA VARIAÇÃO NO USO DAS PREPOSIÇÕES

A Gramática Gerativa parte do pressuposto de que todo ser humano possui uma capacidade inata para adquirir qualquer língua. Este estágio inicial, chamado de Gramática Universal, prevê aquilo que é comum a todas as línguas humanas através de *princípios* e o que é diferente entre elas através de *parâmetros*. A finalidade da Gramática Gerativa é descrever estes princípios e parâmetros. Por isso, o segundo momento deste estudo visa estudar as diferentes estratégias de relativização à luz dos últimos estudos na área.

Partindo da análise dos dados dos trabalhos realizados na área da sociolinguística foi possível constatar que a variação de estratégia de relativização só acontece após a escolarização. Mesmo quando a variação não existe -os falantes não aprendam a relativa padrão- estes consideram aceitáveis as diferentes estratégias, fato que não deveria ocorrer. Posto que propomos que a relativa padrão não faz mais parte da gramática do PB, esta não deveria ser aceita pelos falantes.

Em um estudo recente sobre as diferenças entre o PB e o PE, Galves (2001) distingue competência gramatical de competência lingüística. Segundo a autora, “a competência gramatical é resultado da fixação de parâmetros da Gramática Universal (GU), enquanto a competência lingüística integra muitos outros saberes lingüísticos”. Esta afirmação nos leva a concluir que, se as relativas padrão devem ser aprendidas, elas não fazem mais parte da competência gramatical do falante do PB, embora façam parte da sua competência lingüística e, por isso, são aceitáveis pelos falantes. Em suma, trabalhamos com a hipótese de que a estrutura padrão não faz mais parte da gramática do PB, que já consolidou a mudança lingüística para as relativas. Por este motivo, essa estrutura deve ser aprendida como uma nova gramática, equivalente a uma segunda língua. Assim, a relativa de pronome relativo que é considerada padrão deveria perder este estatuto para as relativas cortadoras e resumptiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos (2001). *Português ou Brasileiro*. São Paulo, Parábola.
- CORRÊA, Vilma Reche (1998). *Oração relativa: O que se Fala e o que se Aprende no Português do Brasil*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp.
- GALVES, Charlotte (2001). *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas, Editora da Unicamp.
- KATO, Mary (1999). Recontando a História das Relativas em uma Perspectiva Paramétrica. In: ROBERTS & KATO (orgs) (1999). *Português Brasileiro: uma Viagem Diacrônica*. Campinas, Editora da Unicamp. pp. 223-261.
- MOLLIKA, Maria Cecília (1977). *O Estudo da Cópia nas Construções Relativas do Português*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ.
- TARALLO, Fernando (2000). *A Pesquisa Sociolingüística*. 7.ed. São Paulo, Ática.